

Por Carla Mendes

Presidente do conselho do GAF diz que atividade rural independente do governo deve ser prioridade

No segundo dia do Global Agribusiness Forum, que acontece em São Paulo nesta terça-feira (5), um dos pontos mais discutidos é o desafio que o agronegócio brasileiro enfrenta para deixar, cada vez mais, os braços do governo e garantir sua independência. "Temos que esquecer o guarda-chuva do governo e caminhar com as nossas próprias pernas, que são muito fortes", disse o presidente do conselho do evento, Cesário Ramalho. "Não podemos fazer uma atividade rural que seja dependente de subsídios", completa.

Para isso, ele reforça a necessidade do Brasil de mecanismos de seguro - da safra e dos preços que sejam, de fato, eficientes. "Precisamos de um seguro privado que possa garantir o retorno do capital para o produtor rural. O Plano Safra é algo terrível. Uma agricultura que projeta abastecer o mundo tem um plano de safra que muda de um ano para o outro. O produtor pega o dinheiro, planta, colhe e depois tem que devolver o dinheiro para o financiador. Isso tem que acabar", disse Ramalho. "Os Estados Unidos, por exemplo, têm um seguro privado, que funciona, com o pagamento de uma taxa de risco de apenas 2%. Aqui pagamos 8%, mas somos dependentes", completa.

No entanto, apesar dos efeitos dessa dependência já serem conhecidos, é sabido também que o processo para a mudança é lento e ainda leva tempo para ser efetivado. Para ele, porém, as lideranças do agronegócio brasileiro ao lado de produtores rurais já debatem quais são as alternativas para esse caminho e já têm a ciência de que essa deve ser uma prioridade. A opinião é compartilhada pelo ex-ministro da Agricultura e presidente emérito da Abramilho, Alysson Paolinelli.

"O Brasil tem um enorme potencial agrícola mas é o único grande produtor que não possui um seguro rural eficiente, enquanto outros países já se protegem dos riscos climáticos e de mercado", diz Paolinelli, reforçando que a competitividade do Brasil em diversos produtos poderia ser otimizada caso esse cenário fosse diferente. "É preciso, além disso, garantir produtividade e custo", acredita.

O ex-ministro afirma ainda que, desde 1988 - ano de nascimento da Constituição Brasileira, o Brasil não possui seguro rural. "Eu fico muito preocupado com isso, porque temos que observar que nossos concorrentes estão usando seguro rural, subsidiando seus produtores e não podemos ir na OMC reclamar. Temos que aprender isso e tentar exercer aqui", diz Paolinelli.

Fonte: [Notícias Agrícolas](#), em 05.07.2016.